Diniz (representante do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS-SP) e Sr Demóstenes Lopes Cordeiro (representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB). Participaram também os seguintes convidados: Sr Mario Sergio Godoi; Sra Laura Tompkins; Sra.Maureen Donaghy; Sra Adriana Franco; Sr. Francisco Santos; Sra Alzira Cantarilho; Sr Graco Braz Peixoto;sra Verônica Kroll;Sra Maria Jose de Barros; Sr. Rubens Marcelino. A reunião é iniciada pela Sra. Elisabete que passa a palavra para o representante da CEF, que comunica aos presentes da assinatura do Credito Solidário do Vale das Flores e convida a todos para participar do evento, segunda-feira, às 8 da noite na Rua João de Barro, 76. Esclarece que se trata de uma parceria dos 3 Governos. Sr. Ricardo reforça que é mais uma vitória pelo Crédito Solidário. São 63 unidades e esperam a presença de todos. Sra. Violêta passa a informar que o Regimento Interno do Conselho reza que após 3 faltas consecutivas, seja pelo Titular ou pelo Suplente, mas sem justificativa apresentada em tempo hábil para a Secretaria Executiva, a Entidade representada tem que ser penalizada com o corte dessa representação. Informa que infelizmente a Força Sindical perdeu seu mandato e já foi comunicada. Assim, a Sociedade Civil agora está representada não mais por 16 membros mas por 15 membros. Os nomes dos representantes com faltas justificadas são: Marly Namur, representante da (Universidade de São Paulo - USP), Ana Lucia Callari Sartoretto, representante da (SEHAB), Alberto Tomita, representante do (Sindicato de Corretores de Imóveis de São Paulo - SCIESP), Flavio Domingos Prando, representante do (Sindicato das Empresas, venda, compra e administração de imóveis - SECOVI). Informa ainda que a Sra Felícia pediu para anunciar a presença da Adriana Alves Franco, jornalista do Programa Urbano, da Apoio. Anuncia também a presença da colega Janeth Gunther, da Inglaterra e está fazendo uma observação, além da colega da Universidade do Colorado, que também está fazendo um trabalho de observação às atividades aqui do Conselho como instância participativa. Sra. Elisabete coloca em votação a aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária. Aprovada por unanimidade. Repassa a palavra ao Sr. Marcelo Rodrigues da COHAB, que faz a defesa do voto CMH n.o 30. Sr. Marcelo -"Na realidade essa apresentação é uma atualização da apresentação que foi colocada aqui à vocês, nós atualizamos os números de inadimplência, fechados em junho e esta planilha já apresenta os dados fechados agora no final de agosto. Na última reunião nós apresentávamos aqui a solução para tratamento de inadimplência dos moradores originais desses empreendimentos Gato e Olarias. Nasceu essa solução com esse Grupo de Trabalho que foi bem proveitosa a reunião. Aqui é o nosso quadro de inadimplentes que tem contrato assinado conosco, com até 3 parcelas e acima de 4 parcelas, e a nossa esperança nisso é de trazer realmente uma recuperação e uma oportunidade para essas pessoas que gostariam de pagar. Estamos estimando aí em média R$67,00 o custo de moradia que já considera o valor de locação e taxa condominial desses dois empreendimentos, que está correspondendo a praticamente 10% do valor da renda declarada por essas pessoas, aqui fracionando pelos 443 inadimplentes, teríamos de aluguel aqui um valor individual de 822 a compor, sem mora e sem subsídio. E o que nós propomos é negociar em cima deste valor com essas pessoas. No Residencial Parque do Gato temos 353 inadimplentes, por exemplo, valor de aluguel em R$1.089,00, se eu proporcionasse isso aqui de forma per capta e condomínio R$ 518,00, o que representaria para cada pessoa se eu dividisse isso em 48 vezes, além do custo de moradia que ele já possui fixa, de mais R$33,50, e para aqueles que possuem um valor menor, o que nós queremos é poder negociar com essas pessoas no momento do chamamento, oferecendo uma condição de negociar e de recuperar esse valor de inadimplência e poder parcelar essa dívida em um valor que encaixe realmente na renda dessas pessoas em até 48 vezes. Para alguns que devem menos, esse parcelamento poderá ser menor, mas ficará num limite tolerável para endividamento e para que também não cause um desconforto futuro para essa pessoa. Temos rendas variáveis dentro disso e aquela amostragem inicial foi uma média ponderada que fizemos, temos 90 inadimplentes e pretendemos fazer essa negociação da mesma forma em até 48 parcelas. Aqui no Residencial Olarias nós queremos trazer para esta situação também deixando o valor de parcela mais o custo de moradia num total razoável entre 15 a 20% da capacidade de endividamento dessas famílias. A Fase I é praticamente o voto anterior apresentado que tratava os originais inadimplentes, ou seja, nós queríamos uma autorização para o parcelamento do valor das dívidas com subsídio e com juros de mora em até 48 parcelas, com parcelas fixas e sem reajuste, estaríamos também solicitando à vocês o cancelamento das ações que estão em andamento referente à essas pessoas, os originais inadimplentes, nós estamos propondo no nosso voto um prazo de 120 a 150 dias para mapeamento da população moradora, queremos fazer aqui todo o registro das pessoas lá residentes e classifica-las para que possamos trazer a este Conselho, para que tenhamos uma nova deliberação, que destino daremos a essas pessoas, esse mapeamento será feito em campo, diretamente com essas pessoas, moradoras lá". Sr. Rosalvo - "Me preocupam as propostas de ficar pegando dinheiro público e passando para as pessoas privadas, esse dinheiro faz falta no Programa para outros empreendimentos, para novas famílias que precisam construir, para outras moradias, esse grupo já foi extremamente beneficiado quando recebeu os apartamentos e sabemos que daqui há algum tempo estaremos de novo com o mesmo grupo discutindo uma nova proposta de renegociar, de permitir que eles fiquem e assim vai enquanto a gente não consegue tocar em frente outros programas. Outra coisa é a própria Filosofia da revitalização do Centro da cidade, nós não podemos cada vez empurrar o problema um pouquinho mais para frente com a barriga, principalmente fazendo com o dinheiro da municipalidade, porque é muito fácil a gente decidir quando pessoalmente não temos que pôr a mão no bolso. Gostaria que isso ficasse consignado para a gente poder refletir em cima disso". Sra. Marilza - "Estou de acordo com o que nosso amigo falou, mas no caso de uma aprovação para essa renegociação, gostaria que fossem incluídas cláusulas em que houvesse uma obrigatoriedade de que essas pessoas que aderissem a esse novo contrato, se obrigassem ao pagamento em dia das prestações que estariam vencendo após a assinatura desse contrato e em caso de atraso dessa dívida renegociada, também depois do prazo de 60 a 90 dias, ela deixaria de ter essa participação no Programa e além disso, no caso de desligamento do Programa nessa situação de inadimplência do parcelamento, que voltasse a dívida ao valor original sem subsídio". Sra. Evaniza cumprimenta o trabalho que foi feito pelo GT do Centro."Tivemos uma Assembléia com os moradores do Parque do Gato. É fundamental a gente recuperar o sentido da Locação Social como uma das ferramentas da moradia, não só na área central, mas de moradia popular em toda a cidade, ela veio preencher um espaço que nenhum outro Programa de Habitação chegava no caso dessa região central, e que não tinha e não tem, condições de assumir um financiamento, ainda que subsidiado, eu acho que é muito importante a gente recuperar, a Locação Social é sim uma ferramenta importante para a gente ter no leque de Programas da nossa cidade. Eu queria acrescentar ao voto, a proposta que esse processo seja acompanhado por uma Comissão eleita pelos moradores e (em relação) à questão dos idosos sem renda, que se tenha um tratamento diferenciado para casos que são especiais mesmo. E a outra coisa, também importante, quando se fala da Fase II, se houve as ocupações, a comercialização de unidades, a gente pode identificar vários fatores, mas um deles é a ausência de capacidade do Poder Público de coibir, se a gente não conseguir equacionar o todo, não vamos ter sucesso nessa proposta de regularização, mas eu queria dar aqui o nosso apoio a esse voto". Sr. Sidney - "Quando se fala em dinheiro público, foi justamente o que essa gestão pensou quando sentou conosco para estar vendo qual seria a melhor forma, o melhor modelo que a gente pudesse implantar, então acho que o dinheiro público está sendo gasto muito bem não há como uma família impedir a outra de entrar, a gente tem que defender o subsídio, é por isso que essa gestão do Governo Federal, do Estadual, estamos pensando em como garantir através de subsídio a permanência das famílias no Centro porque consegue resolver o problema da cidade. Inclusive nós montamos uma agenda de reuniões que serão quinzenais justamente para acabar de resolver essa problemática, para que as próximas locações que vierem, o Poder Público junto com os Movimentos, tendo a experiência do que deu certo e do que deu errado". Sra. Izilda - "Eu queria lembrar que a gente está falando de um projeto que veio numa circunstância onde não havia nenhum programa que atendesse esse tipo de população que está aqui no Centro. Temos que ter muita sensibilidade quando se vai discutir um tipo de Programa desse, que eu acho que essa Comissão, esse Grupo do Centro está se debruçando, se dedicando muito a esse trabalho porque tem que diferenciar (cada caso). Proponho que essa Comissão se atente mais e faça uma emenda na Resolução 23, porque ela trata tudo como igual, então vamos ser mais sensíveis e discutir isso de forma mais realista, que nós estamos lidando com os excluídos dessa cidade, está muito complicada a visão que se tem do Locação Social". Sr. Caio - "É um absurdo falar que a revitalização do Centro não deve incluir quem é demanda de cesta básica. Ninguém inventou essa demanda, essa era a demanda que já morava no Centro. » necessário, para uma Fase II, fazer um estudo mais aprofundado de todas as condições e encaminhamentos. Eu senti falta do que a gente tinha conversado: fazer um Seminário aberto, promovido pelo Conselho (para discutir) os casos especiais, pessoas que não tem renda e (também discutir) as unidades que forem esvaziadas como ficam. A idéia do Seminário era para a gente debater e sair com propostas, com encaminhamentos, a partir dos mapeamentos, ter propostas para o que acontece com o conjunto". Sr. Demóstenes - "Eu acho que o dinheiro público destinado a construção não deve ser utilizado para outros fins e o Locação Social pode sim (existir) com verba de outras Secretarias. Fazer locações ainda que subsidiadas, sem fiador, é pedir para não receber. Vamos ter que ser favoráveis à renegociação, para tentar salvar alguma coisa, mas na verdade vamos voltar aqui para renegociar novamente. Acho que esse conjunto residencial feito para locação, deveria o quanto antes, ser vendido e a Locação Social poderia talvez ser feita, diluindo essas pessoas pela cidade, ela apresenta o valor do contrato de locação e o Município então, COHAB, não sei quem, vai pagar a Locação aquele outro percentual que é o subsídio para o locador. Assim o locador tem controle sobre quem mora na residência e com relação aos pagamentos fica mais fácil talvez reintegrar na posse porque um conjunto residencial desse porte, dificilmente vamos conseguir tirar as pessoas lá de dentro". Sr. Nelson - "Houve uma falha do Poder Público e houve falha dos Movimentos que indicaram famílias para o Locação Social: despejar é um absurdo, porque nós estamos aqui para proteger vidas e não para jogar vidas na rua. Agora, nós não vamos aqui bater palmas para quem está inadimplente, quero dizer que aqui nós votamos favoravelmente ao voto dessa dívida para liquidar esse débito mas que também queremos que inclua uma Comissão por blocos para discutir os problemas desses empreendimentos. Não dá para nós chegarmos aqui toda a reunião e dizer assim: quero o pedido de verba para liquidar a dívida de inadimplente". Sr. Parra Parra - "É importante a preocupação de não estar utilizando recurso do Fundo para cobertura de inadimplência. Quando você tem um PAR onde as famílias se organizam e já entram assumindo parte da gestão, você vê que acaba tendo um convívio melhor, a adimplência é maior, a realização das famílias é maior. Nós temos que ter na revitalização do Centro, todo tipo de família. Há sim necessidade (de) subsídio, tem que existir um trabalho social muito mais apurado para ensinar convivência em comunidade, fazer a organização dessa gestão, não policial, mas no sentido organizativo, quando ele não é sujeito de nada, não é dono de nada, ele realmente acaba não se comprometendo em pagar. Eu acho que a proposta é interessante, ela é um avanço e nos remete a necessidade de repensar inclusive o trabalho social que é feito quando você instala um empreendimento novo". Sra. Verônica - "O que é lamentável é que quando chega na parte do trabalho social, não se consegue fazer o trabalho social por inteiro, não consegue trabalhar realmente o que é uma demanda, que tem que dividir. Na Rua das Olarias como no Parque do Gato, houve os oportunistas que foram lá e compraram a unidade e que continuam pagando no nome da pessoa que era locatária anterior, com esse prazo de 6 meses, que eu acho uma loucura, já que nós temos pessoas que estão precisando morar hoje, ontem, anteontem, o ano passado, que não existe outro Programa a não ser esse, é lamentável ter esse prazo todo, acho que tem que ter a parceria da Comissão, do Conselho e do Governo juntos e do Poder Judiciário, tem que ter uma alternativa imediata para quem comprou aquilo lá que não está dentro do Programa e essa é uma questão que tem que ser encaminhada, pelo menos aqui. Sr. Rosalvo - "Acho sim que a Habitação precisa ter subsídio grande, porque não consegue por conta própria resolver esse problema, que é um problema social grave, agora eu estou falando desse grupo especificamente, desse projeto especificamente, que é apresentado como panacéia da resolução do problema de moradia, quando nós sabemos que não é, se não vierem outras pessoas, outros Programas para o Centro da Cidade, não revitalizaremos aqui e criaremos espaço de marginalidade. Esse conjunto específico, quando se fala que as pessoas lá, a Comissão de Moradores, o Condomínio, o Síndico ou quem quer que seja ali, não é capaz de dizer não pode vender porque senão ele apanha, senão ele morre e qualquer um do Poder Público que vai lá dizer, corre risco e tudo mais, isso por si mostra um pequeno diagnóstico do problema. Acho que é preciso termos claro que nós poderíamos sim pegar os investigadores sociais e ver porque esse Programa chegou a esse nível: é porque ele foi errado desde a concepção no encaminhamento todo o processo nós vamos estar aqui daqui a pouco discutindo o mesmo assunto de novo colocando lá, pegando recurso que deveria atender outra parte da população e não só esse, e esse Conselho precisa ter a consciência de que não é dono do dinheiro que administra, esse dinheiro é da população, que é muito importante ter a parceria da sociedade com a CDHU, com a COHAB, com os Programas Sociais, por exemplo, ficar liberando dinheiro para esses mutirões de 18 anos, nós sempre votamos contra aqui, mutirão que está com 18 anos é porque não andou bem, tem responsabilidade clara de quem dirigiu o Projeto e tem responsabilidade clara dos funcionários da COHAB. É preciso responsabilizar essa gente, responsabilizar mesmo, isso que nós estamos vendo aqui é paliativo, não solucionará e esse Conselho, antes do fim do mandato dele, terá que de novo, discutir esse problema, eu queria consignar novamente só para clarear a posição que eu tinha dito antes. Colocado em votação, a solicitação foi aprovada pela maioria dos presentes, com 1 voto contra do Sr. Rosalvo. Na seqüência, Sra Violeta passou a apresentar uma síntese em relação ao andamento dos grupos de trabalho. Sr. André complementou as informações relacionadas ao GT Plano Estratégico de Habitação: "O Plano já está estruturado em 4 tópicos, princípios e diretrizes, diagnóstico das necessidades habitacionais, elenco de Programas e Prioridades e um quadro de metas. A gente entende, muito claramente, que a elaboração do Plano, antes dele ser finalizado, deva ter uma contribuição do nosso Conselho. O processo de discussão para subsidiar a SEHAB na elaboração desse Plano deve ter uma 1a etapa - a realização de uma Oficina, entre os Conselheiros e o pessoal da Secretaria da Habitação depois dessa Oficina realizada, a gente vai trabalhar internamente no GT e preparar uma discussão um pouco mais ampla, essa discussão também posicionadas em Seminários e Oficinas, serão regionalizadas". Sra. Evaniza, complementando a exposição do Sr André propõe remeter para a Comissão Executiva a tarefa de agendar, junto com o GT, essa 1ª etapa de discussão - a oficina com os Conselheiros. " A idéia é talvez uma Oficina de um dia todo no mês de outubro ou novembro, para subsidiar a elaboração do restante do Plano que falta. Sr. Paulo acrescenta que o GT também propôs que o processo de elaboração do Plano finalizasse com um processo deliberativo numa Conferência Municipal de Habitação. Sr. Rubens sugere aos presentes que seja criado um Fundo integrado com o Governo Federal, Estadual, para viabilizar o atendimento às famílias relacionados ao locação social. Sr. André sugere que a data de realização da oficina seja fechada com SEHAB, considerada a sugestão da Sra Evaniza e na semana que vem será passado para a Sra. Violêta. Sra. Violêta passa a informar o andamento dos demais grupos. "O GT de Política Habitacional para o Centro, que é Coordenado pelo Sidney e com a Coordenação Adjunta da Nete, fez 4 reuniões, que geraram o aperfeiçoamento da solicitação de voto do Locação Social, discussão da proposta de renegociação de débitos do Programa de Locação Social e a de realização do Seminário para o Programa de Locação Social, como foi lembrado pelo Caio. O GT de Regularização Fundiária que é Coordenado pelo Dr. Demóstenes, que representa a OAB, fez um total de 3 reuniões. Por falta de quorum deixaram de se realizar outras duas, e os principais encaminhamentos vão estar sendo decididos na reunião próxima da sexta-feira, dia 19 de setembro. O GT de Mutirões é Coordenado pela Maria Izilda Camillo, teve duas reuniões realizadas e duas não realizadas por falta de quorum - não havia pessoas suficientes para dar sequência a discussão. O Grupo solicitou a apresentação do atual estágio de cada Mutirão, deverá discutir propostas de credenciamento e seleção para novos empreendimentos. No GT de Desenho Urbano que é coordenado pela profa. Mônica Bueno Leme do Centro Comunitário de Belas Artes, estamos fazendo a seleção dos alunos do Centro Universitário, que vão participar do curso de extensão universitária, que vai ser feito no dia 25 de setembro. A Faculdade São Marcos vai ter um processo semelhante. A colega Antonia Cleide, pelo Movimento UNAS participa também desse grupo; então a gente está num processo de seleção. (Quanto ao) GT de Acompanhamento Orçamentário, que é coordenado pela colega Tânia Diniz, foram realizadas 4 reuniões e os principais encaminhamentos foram: solicitação de envio aos Conselheiros da Proposta Orçamentária da SEHAB para 2009 e inicio da discussão dessa proposta na Plenária de setembro. Em relação aos empreendimentos não comercializados, que fosse apresentado lista daqueles empreendimentos que serão contemplados com a Resolução dos R$25.000,00, dos que têm custo fechado e não comercializados e não estão nesse universo da 1a lista; aqueles com obras concluídas mas que ainda não tem o seu custo fechado por algum tipo de impedimento e resumo da realização orçamentária, atualização da 1a apresentação feita". Sra. Elisabete convida a todos para conhecer, é até 6a feira, no hall do Palácio Matarazzo, onde fica o Prefeito, uma exposição de exemplos de urbanização de favelas com apresentação do que está sendo feito aqui na cidade de São Paulo e de um convenio firmado com a Universidade de Harvard, onde se desenharam propostas para Paraisopolis e para o Cantinho do Céu. E com a Universidade da Colômbia em Nova Iorque também foram desenhados Projetos para Paraisópolis. " A Tereza é a Coordenadora desse trabalho e a publicação dessas 2 experiências - a de Harvard e da Colômbia- , foi feita num pequeno livro que está à disposição, quem quiser pode requisitar junto à Secretaria Executiva do Conselho". Sra. Tânia, retomando a apresentação do resumo dos grupos, reafirma que síntese em relação ao trabalho da Comissão de Acompanhamento Orçamentário foi bem feita. "Eu reforçaria que é uma Comissão bastante produtiva na relação Sociedade Civil e o Poder Público. O que eu queria chamar a atenção é a solicitação que a gente havia feito da proposta orçamentária de SEHAB para 2009, para ser apresentada hoje. Eu gostaria de saber as razões (de não ter sido enviada e iniciada a discussão), até pelos prazos que são estabelecidos. E uma coisa que também a gente disse no grupo - que essas informações sobre orçamento também fossem socializadas sempre para todos os colegas conselheiros. Sr. Elton - "A proposta orçamentária está sendo estruturada pela SEMPLA, nós não temos ainda os números disponíveis do Governo para colocar à disposição do Conselho, isso deve acontecer lá pelo dia 30 de setembro".Sra. Evaniza reafirma a importância do Conselho ser ouvido também em relação a proposta encaminhada para SEMPLA. "E já que SEMPLA tem um representante aqui, também (é importante) que (ele) ouvisse os Conselheiros nas suas considerações, porque senão a gente fica meio assim, a gente vai receber depois quando já o leite foi derramado. Então não adianta, vai ser só uma informação: eu achava importante que apresentasse, a gente discutisse e aproveitando a presença de SEMPLA, que é Conselheira também, fosse portadora da opinião desse Conselho para considerar a hora de fechar o orçamento"; Sr. Elton confirma que o orçamento será apresentado na próxima reunião. Sra. Izilda retoma o assunto relacionado aos trabalhos dos GTs.- "Na 1a reunião a gente observa que não tem ninguém do Conselho representando o Poder Público. As pessoas que voluntariamente desejavam estar, não estão comparecendo na reunião do grupo e todos estão sendo convocados. Nós pedimos que fosse uma pessoa do Poder Público apresentar para que a gente pudesse discutir com os Movimentos uma melhor forma de fazer as prestações de conta, também não aconteceu. A gente pediu para fazer a discussão da Minuta de Licitação para seleção publica de Entidades, eu gostaria de fazer um apelo tanto ao Poder Público, quanto aos companheiros que defendem a discussão e quer ver o sucesso do Programa, que a gente agende uma data, o Poder Público também, para a gente avançar nessa discussão". Sr. Elton solicita ao Sr Marcelo que a COHAB participe do GT. Sr. Rosalvo se candidata a participar da Comissão que discute Mutirão e solicita receber a convocação da próxima reunião. Sr. Elton retoma a pauta e em "outros assuntos", apresenta uma solicitação de voto para um acerto contábil dentro da COHAB. "No ano de 97 foi feita uma Resolução para cuidar da gestão dos ativos da COHAB, Resolução essa que previa que todo carnê emitido deveria (gerar o repasse) do seu valor, pela COHAB, ao Fundo. Em 2006 esse Conselho aprovou uma Resolução que modificou a regra e só os valores realmente pagos, quitados pelos mutuários do Fundo, seriam repassados ao Fundo e não o total das emissões. Eu queria ressaltar que não vai interferir no orçamento do Fundo, vai ser um orçamento que vem por intermédio de aumento de capital da COHAB para consertar essa posição contábil, mas como se refere ao Fundo Municipal da Habitação, precisa passar por uma solicitação de voto". Sra. Sandra - "Essa questão é mais um acerto interno na nossa Contabilidade, de 97 até 2006, a COHAB era e é Operadora, gestora do recebimento de todos os recursos das operações do Fundo Municipal de Habitação. Havia uma resolução anterior que dizia que independentemente do que a COHAB viesse a receber dos mutuários, teríamos que repassar os recursos totais, os previstos, os recursos emitidos, para o Fundo Municipal de Habitação, ou seja, como eu contava e ainda conto com uma inadimplência bastante significativa, eu recebia 50 e tinha que repassar ao Fundo 100, hipoteticamente, e isso causava uma série de transtornos, tinha recursos cada vez mais escassos por conta da inadimplência dos seus próprios contratos e problemas no fluxo de caixa da Companhia, que vinha sempre mandando todo o valor para o Fundo, que ele deveria, em tese receber de seus mutuários, sendo que a COHAB que recebia esse Fundo, só parte dele, o outro Conselho acabou aprovando uma nova Resolução que mudou esse aspecto. A COHAB, a partir desse momento só passaria ao Fundo a parte efetivamente recebida, que seria mais lógico, adequado e justo com a própria empresa, na medida em que ela não teria que pegar dinheiro da empresa COHAB e repassar ao Fundo. Estamos querendo regularizar até por questão de repreensão do Tribunal de Contas, etc., uma coisa é COHAB, outra é Fundo, estamos aqui trazendo à tona a proposta a esse Conselho para adquirir ativos da COHAB, em decorrência da inadimplência e empreendimentos vinculados ao Fundo, cujos valores foram antecipados pela COHAB ao Fundo no período de 97 a 2006, na vigência da Resolução do Conselho e do Fundo nº 3 de 17 de setembro de 97. Em 31 de maio de 2008, o valor adiantado, considerando atualização até a data do mês anterior, da Resolução que falou que eu não precisava mais passar tudo, apenas aquilo que eu recebesse, então esse valor 16,5 milhões, é um valor que a gente nem está corrigindo aqui, a gente só atualizou até a data da Resolução para ter direitinho qual foi o valor que repassamos ao Fundo sem ter recebido. Estamos aqui colocando em um voto, ao antecipar esses recursos lá atrás, ao Fundo, a COHAB comprometeu parte das receitas para cobertura da inadimplência dos contratos vinculados ao Fundo e deixou de atender as suas próprias necessidades, publicamos o balanço consolidado, que é da COHAB com o Fundo, e por conta até de orientação do Tribunal de Contas do Município ratificando essa posição, essa necessidade de segregação, o que acontece hoje, se a gente não acertasse isso, se não continuarmos da forma que estamos, tudo o que a gente recebe, imagina, de mutuário, tem que dividir quanto que é do Fundo, quanto que é nosso, quanto que já tem pago adiantado lá atrás, quanto que não foi, é um trabalho enorme, quitando essa parte de trás, a gente volta a cumprir normalmente a Resolução atual. Itaquera tem 42.000 prestações, unidades em atraso. Pegamos aqueles valores todos das prestações, corrigimos pela taxa e juros do contrato, conforme o contrato de cada um e levamos para a data lá de trás da Resolução, achamos por conjunto e chegamos no total aproximadamente de 16.523.429, que é a soma total na verdade corrigida até lá atrás, até a data da Resolução e que a gente está mantendo hoje, que isso que é o valor total da inadimplência que a COHAB adiantou ao Fundo naquele período da Resolução anterior. Implementação das ações visando a segregação da COHAB, FMH, vamos tirar, acabar com as pendências, eu estaria cumprindo uma orientação do Tribunal, a COHAB recebe uma remuneração, por a gente fazer esse trabalho para vocês, ela é calculada em cima da quantidade de unidades habitacionais emitidas e do saldo vencendo, então não tem esse problema de duplicidade de remuneração e nada, a viabilização de recursos para a gente acertar essa aquisição de ativos seria já feitas na rubrica projetos e ações de apoio habitacional, item aquisições e é dessa forma que a gente está propondo o voto". Sr. Paulo ressalta que "a Sociedade Civil quando quer apresentar um voto tem que apresentar com 15 dias de antecedência e tal e de repente apresentaram um voto como "Outros Assuntos" da pauta, sem que a gente tenha conhecimento prévio, acho bastante complicado do ponto de vista da construção de espaços democráticos que a gente vem fazendo no Brasil. A gente vem aqui e é surpreendido em ter que votar um voto que a gente não conhece, que não teve como discutir com as bases. Isso complica muito e praticamente inviabiliza fazer uma real representação do segmento que a gente está representando. Me preocupo muito com esse tipo de procedimento". Sr. Rosalvo - "Eu tenho algumas perguntas, a COHAB prestava um serviço ao Fundo e era remunerada por isso, para receber esse valor e no contrato que tinha, ela repassava e depois cobrava do mutuário. Que gestões a COHAB fez para efetivamente receber, ou senão, ela ficou lá esperando o mutuário, não pagou e aí ficou acumulado esse monte, ficou essa quantidade enorme e agora, não, passa para lá, o Fundo passa o dinheiro para cá e a gente vai saneando a situação financeira da COHAB enquanto jogamos as inadimplências para o Fundo. » importante a gente zelar sempre pela transparência em tudo o que a gente faz e com a responsabilidade de que nós não estamos trabalhando com dinheiro nosso, 40 e tantas mil unidades não passaram pelos mutirões, seguramente, como o Etelvina, concordo que precisava ter um pouco mais de informação, refletir um pouco e voltar com mais segurança e quando vierem me cobrar eu saber responder porque foi que votei assim, porque eu votei assado. Quero de antemão dizer que a disposição é a de buscar a solução, que acho que é a coisa mais importante para fazer, para a gente poder seguir em frente". Sra. Evaniza - "Eu não consegui entender qual vai ser o impacto disso. Entendi porque aconteceu, agora para onde vai, eu não consegui entender e eu acho que é uma questão que a gente tem que entender para poder saber os rumos do Fundo. O Fundo Municipal, a gente entende que a Lei que o instituiu, o coloca como central da política de habitação. Eu não vejo uma razão para isso acontecer, pode ser falta de entendimento, exatamente por isso eu queria propor que a gente adiasse essa decisão e que fosse enviado aos Conselheiros maiores informações à respeito dessa proposta além da que já foi exposta pela colega". Sr. Elton esclarece que o ativo do Fundo acaba levando a COHAB ao prejuízo. "Então por iniciativa da COHAB e da SEHAB, nós estamos pegando recursos que seriam destinados a aumento de capital da COHAB, que não são recursos do Fundo, só que estamos transitando para uma conta bancária do Fundo para pagamento de volta para a COHAB, então em vez de entrar com aumento de capital, vai entrar como ressarcimento do que a COHAB adiantou ao Fundo no passado, portanto o impacto junto ao Fundo e as políticas habitacionais do Fundo é zero. Sra. Sandra - "A gente sofre auditoria por ser uma sociedade de economia mista, em que há participação do Governo e privado, nós sofremos uma série de auditorias e fiscalizações, por parte do Tribunal e etc.. A própria auditoria toda hora estou sendo lembrada, inclusive colocado num lugar do balanço, de contas a receber de curto prazo porque a Resolução é de 2006, isso deveria ter sido até mais fácil, se vocês mesmos que tivessem aprovado aquela Resolução de 2006, estaria fresco na cabeça, falar, opa, vocês já entenderiam imediatamente a lógica do balanço, esse é um ponto muito importante que tem a ver com a segregação que a gente hoje está buscando, a gente, Tribunal de Contas e Auditorias. Do ponto de vista monetário, financeiro, impacto para as políticas de vocês, como o Dr. Elton colocou, é zero, porque está vindo de uma fonte via aumento de capital e ela só está sendo colocada nesse âmbito do Conselho, porque é para o Fundo que a COHAB adiantou, e qualquer decisão do Fundo deve ser passada por aqui. Todos esses mutuários, eles não têm a propriedade do imóvel onde moram, eles têm a posse, eles só vão ter a propriedade no final do contrato, só que a gente quer mudar, eles vão fazer uma alienação, então eles vão ter a propriedade do imóvel e nessa mudança eles teriam que pagar o tal do ITBI, o imposto de transmissão de bens. Faz parte da Lei que criou o Fundo a isenção nesses casos, e é isso que estamos também acertando com a